

Publicações oficiais — uma visão política: ontem, hoje e amanhã *

Marcello de Ipanema

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
20000 Rio de Janeiro, RJ

Excelentíssimo Senhor

Professor Doutor Paulo Brossard, Ministro da Justiça
Doutor Aristeu Gonçalves de Melo, Presidente do 6º Seminário de
Publicações Oficiais Brasileiras

Ilustres e eminentes participantes

Senhoras e Senhores

A honraria deste ato exponencializa duas realidades: a imensa magnitude do Seminário e a nenhuma significação do orador. A distinção, a homenagem por vós desejada - e fizestes excelentemente bem, e por isto vos louvo com incontida emoção - é ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a entidade que, desde 1838, vem estimulando as inteligências para responder à pergunta que assomou à geração da Independência:

O que é o Brasil?

A preocupação pela Pátria, de então e para sempre, é bandeira que o Instituto, a cada instante, arvora mais alto.

Pena é que a voz que o representa - o 1º Secretário, servidor de múltiplas funções -, longe, muito longe está da magnitude sesquicentenária da associação, a mais antiga congregação de estudiosos do passado, no planeta.

O Instituto, que congregou às centenas, as maiores celebrações do país

* O autor não compareceu à Sessão devido a problemas de transporte do Rio para Brasília. A palestra foi então lida por Edison Antônio Britto Garcia (Imprensa Nacional).

sente-se no dever de agradecer e declinar os nomes generosos dos que, a tal culminância o colocam.

No ato estão todos vós, porém, interpretando vossos desejos, capitanearam a distinção:

a incansável Doutora Dinorá de Moraes Ferreira
o eminente Doutor Aristeu Gonçalves de Melo e
o consagrado mestre Paulc Brossard

A ele – o Instituto –, o orador credita todos os louvores, mas, a si avoca tudo o que não constituir glória para a Casa do Brasil.

1 Introdução

O tema posto ao Seminário – o 6º sobre publicações oficiais brasileiras – e ao agente colocado como provocador do óbvio, para os participantes é trivial, pela pesquisa no dia a dia de todos e pelo esmerado conhecimento que têm dele, porém impele este ao exame das publicações oficiais e a lhes tentar desvendar o universo no qual estão inseridas, a um tempo, para, em outro, sugerir possíveis enquadramentos no quadro político.

Inteira liberdade – como convém a especulação de alto nível, como é este vosso Seminário – é conferida para o dissecamento do que são *publicações oficiais* e para a análise e proposta da visão política.

2 Conceituação

Publicações oficiais “*latu sensu*” deveriam ser – no sentido preciso da Diplomática – os textos autênticos, de responsabilidade limpidamente definida, emanados de entidade, qualquer que seja sua classificação, todavia entre nós predomina a visão “*stricto sensu*” que considera tais séries, apenas, as de responsabilidade do poder público.

Seguramente que a opção adveio da tradição e não de decisão originada do saber reconhecido dos congregados neste Seminário. Se dela dependesse, outra seria a colocação.

Complemente-se a informação – não para os congressistas – de que a responsabilidade inclui somente a perfeita correspondência do texto veiculado, com a matriz. Excluída, portanto, do âmbito oficial fica, no mínimo, a obrigatoriedade da produção.

Como é do conhecimento dos especialistas aqui reunidos, em todos os momentos, desde a criação das artes gráficas em Portugal e entre nós, incluindo as épocas nas quais o poder público implantou gráficas, coexistiram, para o serviço oficial a confecção própria – órgão oficial – e o uso de oficinas particulares para a produção de tais publicações.

E assim é, ainda em nosso tempo. Em empórios gráficos – caso esplêndido do Departamento de Imprensa Nacional, o DIN, do Ministério da Justiça – a primitiva Impressão Régia – ou em modestas oficinas gráficas de municípios, estes e outros, órgãos da administração pública, como em espetaculares ou pequenas gráficas da iniciativa privada, são produzidas publicações oficiais.

3 Tipologia

Quanto à feição, ontem como agora, os produtos com a chancela oficial mostraram-se ou exibem-se com os mais variados aspectos.

Alguns modelos podem ser contabilizados como “clichês”, porém o desejo de titulares da administração pública, como a própria capacidade criadora dos programadores visuais, e mesmo as limitações ou potencialidades dos ingredientes de confecção, não podem ser marginalizados, para qualificar a diversidade.

O classificado de feio – desagradável, pelo menos para o geral – como não é nos dias que correm, embora toda e qualquer coisa possa ser sempre questionada, normalmente não foi e não é cortejado, aplaudido, elogiado.

No já estirado magistério da História da Comunicação, há cerca de quatro décadas, colhemos que a safra de opiniões sobre produtos gráficos é variadíssima. Sobre o *Diário Oficial*, por exemplo – este nosso, iniciado a 1º de outubro de 1862 – com visuais diversos, a messe é farta.

4 Conteúdo

As mensagens postas nas publicações oficiais têm, pelo menos ostensivamente, o propósito de informar à comunidade a que são dirigidas, das decisões dos órgãos quanto a seu funcionamento e relativamente às normas que devam disciplinar o trajeto idealizado pelos diversos níveis de poder.

Tornar conhecido o ideário dos gestores da coisa pública, promover o conhecimento das decisões – executivas, legislativas e judiciárias – e o posicionamento de questões e pessoas nos variados patamares de poder, apresenta-se como o mais permanente nos produtos em causa. As exceções não são excluídas de consideração.

Este domínio é igualmente multifacetado. Ainda que a reflexão se realize no plano “*stricto sensu*”, o espectro das faces do poder registra variáveis.

5 Tiragem

Um limite, mesmo que arbitrário, há de existir sempre. O raciocínio limitador contudo, no geral, não é montado com atabalhoamentos. Custos, recursos e intenções ditam as tiragens. Assim tem sido e será, como igualmente, acostados a tais decisões, jamais devemos excluir as reclamações, os protestos, as contestações. Há como sempre houve, e nunca deve ser excluído destes cálculos razoáveis, a discordância. A colheita de informações, no caso dos equilibrados, objetiva diminuí-la, porém sua existência importunará sempre os responsáveis por sua fixação. A pecha de algoz é cliché de fácil arremesso. Ainda que capazes de tudo reunir para arrazoar a decisão, ao ver dos críticos, manipularam mal as informações.

Espetada por setas deve ser a imensa tiragem do *Diário Oficial da União*, apesar das facilidades de reprografia e dos leitores de microfimes, como deve ter sido a da *Gazeta do Rio de Janeiro*, com cerca de trezentos exemplares diários, nos anos finais dos tempos de D. João.

6 Distribuição

O âmbito da circulação tem como uma de suas realidades a insatisfação. Críticas, duras umas e plausíveis outras, somam-se como elementos constantes no micro-universo das publicações oficiais. Em país como o nosso, com a extensão e a diversidade com que nos defrontamos, a distribuição deixa sempre a desejar.

Inadmissível é o descarte do produto, como o de suposição do consumo ou do uso.

A freqüência em depósitos documentais acusa a existência de produtos que, sequer, foram abertos ou manipulados pelos destinatários, e o convívio com ocupantes de postos da administração pode acostar casos de total desca-so por elas, as publicações oficiais.

7 Depósitos recebedores

Bem sabemos que os depósitos documentais, as entidades privadas e oficiais que têm como finalidade a guarda e a preservação de acervos, precisamente em razão de suas limitações, ou de seus objetivos, erigiram como normal, políticas de guarda, de acervo.

Justificáveis, em grande parte, são tais definições, contudo parece-nos plenamente defensável, pelo menos por agora e por algum tempo ainda à frente, revisão de tais políticas. O vetor para esses procedimentos está na circunstância da perecibilidade dos suportes, na aceleração do desgaste pelo uso intensivo, na impossibilidade de multiplicação dos depósitos oficiais nos diversos níveis de poder, entre outros.

Em depósitos de entidades privadas de tradição e até de porte, pelo menos de uns anos a esta parte, as publicações oficiais vêm rareando. Tais procedimentos contrariam hábitos com assentamentos sólidos e estirados. O desgaste delas nos depósitos oficiais condiciona os acervos privados.

Em tais armazéns elas igualmente são indispensáveis, porque testemunhos do trajeto do país.

O microfilme ajuda, porém não justifica nenhum descarte, ainda que inflado de "boas intenções".

8 Formato

Conquanto, para sorte de todos, a ABNT prossiga fecundando esplendidamente, entre outros, também este setor, a verdade é que, apesar dela, os formatos – formato, tomado como tamanho – ainda assim é variável. Bom que continue a ser, e presumível é que não mude, porque a policromia e a diversidade de imagens atinge níveis excelentes.

Normas devem ser conquistadas crescentemente com exorcização permanente da monotonia, da uniformização.

Recordemo-nos de que, em tempos do papel de tina, também as medidas foram estabelecidas e as indicações de “fólio”, “meio fólio”, “4º”, “8º”, “16” e “32” estiveram nos costumes das gentes. Nestes – e não há muito, seguramente – uns poucos dos que aqui estão conviveram.

A tradição não se foi de todo.

9 Volume

Volume, entendido no plano de quantidade, é característica que merece ser referenciada porque, igualmente, variada como outras aqui levantadas.

O número de páginas dos órgãos oficiais, pela própria natureza do que divulgam, variará. Semelhante, o caso das Mensagens dos Chefes de Estado. Rememore-se com os volumes dos Relatórios das autoridades provinciais.

10 Permanência dos produtos

Por demais conhecido e, até certo ponto aceitável, é a ânsia contínua de mudar, de alterar, de modificar, do ser humano. Não a questionamos, antes a aplaudimos, porém no estímulo a inovações não endossamos disparates. Procedimentos existiram que o presente não pode ou não deve ter como desprezíveis.

Mudar para melhor podemos, contudo apenas negar, porque remonta a outros tempos, parece-nos falta de defesa.

Na atualidade, levanta-se, em parte com razão, onda revisora de proceder dos tempos idos, de eliminação do que o passado criou. No caso dos Relatórios anuais dos titulares dos Ministérios, a eliminação pura e simples só danos causa a toda e a qualquer análise.

A inquinação de que são peças inconfiáveis, carregadas de suspeição, não endossa a eliminação. A resposta a tão estapafúrdia decisão está nas possibilidades de restauração da crítica que ninguém ignora.

A ausência delas gera vazio sumamente penoso aos pesquisadores. Sua restauração no novo momento do país, proclamado à saciedade de transparente, teria o sentido da consolidação plena da transparência.

Ainda que se não os produza impressos, eles podem e devem existir: via computarização seria uma hipótese.

11 Objetivos, finalidades

Conclua-se aqui o sumariado em algumas partes, não com a abrangência conveniente, porém com a ênfase que foi possível.

Quais os objetivos, as finalidades da massa imensa de produtos oficiais de, a cada instante, usando os mais variados suportes, sendo injetados nas comunidades internas sem abandono das externas?

A frase é da época:

Fazer a cabeça, modelar o máximo de pessoas, a idéias, a intenções.

Ainda que reduzamos tão espantosa produção ao puro e simples ato de veicular normas e decisões, nela, implícitos e explícitos, estão os motores do direcionamento.

Sentimos ser lícito – com o coração pulsando e a própria essência vibrando pela Pátria – perguntar:

Por que e para quê?

Por que e para que, se gasta tanto em tão variadas publicações?

Para fazer a cabeça de brasileiros.

Para a resposta – com a intenção essencial de retirar de nós qualquer eiva de suspeição – invocamos, rogamos, gritamos, apelamos para a proteção dos numes tutelares da Pátria.

Dos que, ontem, agora e no vindouro, serão sempre suas cristalizações estelares.

Andrada – o Patriarca –, Nabuco, Alberto Torres, Patrocínio, Archer, Sampaio, Lamego, Vasconcelos de Drummond, Roquette Pinto.

Fazer a cabeça – enquadrar – brasileiros em rótulos políticos ou filosóficos que impingem, como verdade, a mentira

da inesgotabilidade do planeta
da miraculosidade da capacidade dos cientistas e
da inexistência de múltiplas formas de servidão?

Esgarçando-se em partes, puindo em outras, arrebrandando no conjunto, o tecido em que macabros seres querem conter a humanidade, felizmente, por sua fragilidade dá mostras crescentes de que é inútil tentar reforçá-lo; são impotentes os servidores e o material que usam na sinistra operação não resiste a nada, nem ao mais singelo anseio das criaturas – a vida.

Mas, o que a horripilante camisa de força da inesgotabilidade do planeta e do domínio crescente de muitos por poucos conseguiu entre nós?

Despovoou, atendendo exclusivamente à ganância, de cobertura vegetal, o solo. Para consumir a voracidade, semi-esgotados os estoques de quase todo o território, avançam vorazmente sobre a Amazônia e o cerrado.

Com a devastação botânica, varrem tudo. Animais e aves desaparecem. Nada sobra. O colorido do solo, de avermelhado ou escuro, caminha célebre para o esbranquiçado, arenoso, prenúncio da desertificação. O clima se altera e água – fonte da vida – minguia.

A conspurcação da água, pótavel ou salgada, deixa a impressão de que ela é, além de inútil, excrescente, abominável, incômoda.

No plano dos jazimentos minerais, a fúria exploradora emparelha com a varredura da superfície. Esgotar é a meta. Não existem, nem convém que existam, relações com gerações seguintes e, por conseqüência, com a Pátria. Na micro ou macro-visão dos gananciosos, o futuro e o Brasil se assemelham a fantasmas exorcizáveis.

Moedas são o querer. Amealhá-las é a batalha, ainda que elas desgraçam a Pátria e os futuros brasileiros.

O preço não os preocupa. Ganhar e muito, agora.

Depois, não importa o caos!...

Os rios a esvairarem-se são transformados em esteiras das sobras mortíferas que, cínica ou subrepticamente, neles são depositadas. Aos insaciáveis catadores de riquezas, a vida das e nas correntes, como nos mares, é desprovida de sentido.

A decretação do desprezo pela vida tem exibição insensível e exuberante nas cidades. Nestes aglomerados, as criaturas – em expressivas maiores – são engavetadas em torres verticais ou socadas em encostas ou baixadas lamacentas. Não importa a vida, o trabalho é que é cobrado, reclamado, exigido às criaturas.

Poluição com seus múltiplos complementos – do ar, dos alimentos, social... – é palavra com sentido, somente para os idealistas.

Terrível é que no Brasil quase na virada do século, apenas sobra uma certeza, e cruel, a de que a liquidação de seu solo e a desqualificação da vida só apresente tendências de agravamento.

O claro vaticínio do Patriarca foi e é maldosamente esquecido – e data de 1823!

A natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas, que temos roteado, são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas, ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escavando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil em menos de dois séculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos.

Pior, é que temos, somos obrigados, compelem-nos a clichéizar modelos da destruição.

A Pátria não importa, menos ainda, sua perenização. O que faz sentido é o modelo. Ele é a bússola, embora já sem agulha.

Isto, o sem rumo do modelo, é o holocausto que nos é impingido.

Sincera e patrioticamente

O modelo impingido

NÃO DÁ PARA SEGURAR

A amarga, dura, sofrida constatação exclui, naturalmente, os executores das publicações oficiais. A crítica quer alcançar a matriz, a propulsão, o modelo que infelicitava a Pátria.

Eminentes e ilustres congregados no 6º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras.

Os procederes contra os bens naturais do Brasil, suas únicas e palpáveis riquezas, violências que afetam essencialmente a qualidade de vida de seus habitantes, contrapõem-se flagrantemente, acintosamente, provocadamente contra os ensinamentos do Patriarca, de seguidores do porte de Alberto Torres, o autor da famosa conferência **As Fontes da Vida no Brasil**, e da missão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Conclamamo-vos a que, até com desassombro, se necessário vier a ser, a pugnar para que, nas centenas de Publicações Oficiais Brasileiras, o Brasil não continue a se transformar nos “páramos e desertos da Líbia”, mas recupere velozmente a perenidade – anseio espontâneo de todos – e que seus naturais tenham condições de qualificar crescentemente a vida.